

**JORNALISMO E IMPRENSA:
Relações com o Civilizado, o Histórico e o Político**

**JOURNALISM AND PRESS:
Relationship between The Civilized, The Historical and The Political.**

Mauro Luiz Barbosa Marques*

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir o papel e as funções do jornalismo e da imprensa, em especial a noticiosa, na sociedade contemporânea. Para isso, serão utilizados conceitos centrais de Pierre Bourdieu e Norbert Elias relacionando-os com uma série de outros autores do campo das ciências sociais. Em especial será analisado o papel dos meios impressos jornalísticos como fonte histórica.

Palavras chave: História; Imprensa; Fontes históricas; Política.

Abstract: The goal in this article is discuss the role and the functions of the press, in particular the news, in contemporary society. For this, will be used central concepts for Pierre Bourdieu and Norbert Elias relating them with a series of other authors of social sciences field. In particular, will be analyzed the role of the journalistic print media like historical sources.

Keywords: History; Press; Historical sources; Political.

(enviado em 15 de maio de 2012; aprovado em 15 de junho de 2012)

O surgimento da imprensa e a multiplicação de impressos, ocorrido a partir do século XV foi um acontecimento de grande expressão e a partir da consolidação da chamada 'civilização' pós medieval, seu papel social e cultural se localizou neste contexto, pois era uma das principais formas de transmissão de informações e notícias, em que pese o acesso restrito inicial da população aos bens impressos.

Mais adiante, após a consolidação da imprensa e a difusão de novos meios de comunicação de massa, o jornalismo se localizou como uma esfera da sociedade ou um *campo*, nas palavras de Pierre Bourdieu. Este campo passou a cumprir papel destacado e, conforme abordado neste artigo, em boa parte cada vez mais distante dos ideais iluministas originais de uma imprensa informativa para a sociedade.¹

* Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS – Porto Alegre) e professor da rede pública na cidade de São Leopoldo. Este artigo é resultado de uma série de elaborações realizadas durante o curso, somadas a parte do referencial teórico utilizado na dissertação "*Entre ferro e fogo: os noticiários da imprensa sul rio-grandense sobre o governo Agostinho Neto em Angola (1975 – 1979)*". Contatos: mauro.238@hotmail.com.

¹ Este ideal era uma característica da imprensa ao final do século XVIII na arena das Revoluções europeias. Era parte dos reflexos da luta burguesa e do avanço das idéias liberais, renascentistas e iluministas. Segundo Moretsohn (2007), se tratava de uma imprensa de causas, mais política e aberta. Sobre isso ver o 2º capítulo de sua obra indicada neste artigo (nota do autor).

Sobre o processo civilizatório, tema polêmico, Norbert Elias sustenta que este se desenvolveu a partir do final da chamada Idade Média europeia, significando uma série de desdobramentos influenciando o comportamento, valores e formação das pessoas as quais passaram a ter novos padrões de referência para sua conduta.

Em paralelo, houve a consolidação da imprensa e do jornalismo, em especial com o processo de urbanização e os passos da industrialização a partir do século XVIII e a multiplicação de impressos. Esta atividade fez parte da conduta civilizatória no período pós medieval e a partir disso, influenciou e foi influenciado pelos novos conceitos do mundo contemporâneo ocidental onde jornalismo ocupou seu devido lugar.

Para Elias (1994, p. 23 Vol. I), *civilização* “refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes”. Para o autor, podemos considerar civilizado ou não civilizado todas as áreas da vida humana.²

A partir do final da Idade Média, portanto, houve um processo lento de modificação nos costumes, na cultura e na conduta cotidiana das pessoas, inicialmente nas elites e setores dominantes, quando dividiu-se radicalmente as atitudes entre ‘civilizadas’ ou ‘bárbaras’ e ‘rudes’.

Ser civilizado e seu jeito de ser tornou-se objeto de distinção, tema bastante abordado por Elias e também Bourdieu. Isso incluiu um arcabouço moral, assim como passou a ser considerado fator de destaque social a apreciação da arte, a postura à mesa, entre outros itens. Estas posturas dividiram doutos e mundanos nas palavras deste exemplo de Bourdieu:

“Que se pense todo o antagonismo predominante em toda primeira metade do século XVII, na França, entre os doutos [...] que procuram entre os teóricos italianos e, através deles, em Aristóteles esforçando-se ao mesmo tempo para fundamentá-las na razão, as regras que pretendem impor à concepção das obras literárias – e os mundanos que, por recusarem o incomodo dos preceitos, adotam seu prazer como juiz [...]” (2008, p. 67)

Desta forma, o acesso e o gosto pela leitura também marcaram a distinção e a divisão sociocultural nos conceitos civilizados pós Idade Média. Para garantia deste padrão de civilidade, o surgimento da imprensa foi fundamental. Em 1440, Gutenberg desenvolveu na Europa a tecnologia dos tipos móveis, originada possivelmente na China onde também surgiu o papel moderno.

² Sendo termo de forte polémica conceitual, não se trata (como fica evidente no conceito de Elias) de considerar ‘civilização’ como algum grau de estatuto superior a determinado grupo cultural ou nacionalidade. Elias restringe-se a analisar os costumes e suas alterações entre os europeus, longe de uma perspectiva que permitiu o avanço das idéias racistas, eugenistas, etnocentristas e ultra nacionalistas em vários momentos na História (nota do autor).

As primeiras folhas com notícias econômicas e comerciais eram vendidas, em geral, nas cidades e regiões burguesas da Europa Ocidental. A tecnologia dos tipos foi a grande revolução na comunicação de massas até aquele momento. A efervescência cultural, política e religiosa na Europa que ocorria no período de transição ao capitalismo usou muito as comunicações impressas em larga escala.³

Desta maneira, Lutero e sua reforma religiosa, os renascentistas, cientistas, intelectuais, artistas e outros utilizaram este recurso como meio de propagação de suas novidades para o mundo. Vale destacar que ainda nesta altura da história da imprensa não se identifica todo um ramo jornalístico destacado da sociedade como campo específico.

Com os avanços tecnológicos dos séculos XVIII e XIX e a maquinofatura, a nova ordem social aposta na comunicação de massas como fundamental e assim multiplicam-se os jornais de ampla circulação, especialmente na Inglaterra. No Brasil, os jornais e os tipógrafos foram proibidos até 1808 devido à censura imposta pelos portugueses, mas com a chegada da família real, o primeiro jornal surgiu, embora editado fora do país.

Tal jornal foi o *Correio Braziliense*, editado na Inglaterra por Hipólito José da Costa. Era em seu conteúdo opositor ao governo de D. João VI e acabou perseguido pelo governo imperial sediado no Rio de Janeiro. Este periódico foi considerado o pioneiro enquanto mediador de opinião pública. Sobre a imprensa nas terras brasileiras, escreve Martins & De Luca (2011, p. 8):

“A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado.”

No Brasil e no mundo, as folhas impressas se tornaram mais complexificadas e ocuparam mais espaço na vida urbanizada e com aspectos de cotidiano industrial que se consolidou a partir do século XIX. Inicia-se nestes meados a conformação do campo do jornalismo e toda sua rede complexa de relações com a sociedade.

O jornalismo nos trouxe a organização da impressão em um conceito empresarial, a formação de carreiras profissionais específicas e cada vez um poder de influência sobre a sociedade por divulgar em ampla escala determinada forma e determinado conteúdo informativo. Tal “poder de influência” não foge como objeto de discussão: alguns autores ampliam este poder considerando-o quase uma espécie de 4º poder institucional.

³ Dados coletados em (<http://www.slideshare.net/realvic/histria-da-comunicacao-aula-3-imprensa>), acesso em 5/3/2010.

Este conceito parece exagerado, pois ocorre uma relação direta de interesses entre as empresas jornalísticas e seus consumidores e com os poderes institucionais tradicionais. A imprensa não se coloca acima destes poderes instituídos, o que relativiza este super poder, pois “[...] o consumidor contribui para produzir o produto que ele consome mediante um trabalho de identificação e decifração [...]” (BOURDIEU: 2008, p. 95).

Os jornais e outros meios de imprensa são produtos de consumo, tem determinado poder de influência sobre as pessoas e mesmo alguma capacidade de moldar conceitos e discursos, mas dificilmente determinem detalhadamente os futuros de uma nação, ou mesmo determinada conjuntura, por exemplo.

O desenvolvimento da imprensa e seu campo jornalístico também teve significância na formação do sentimento de pertencimento nacional, conforme nos coloca Bourdieu:

“O fato de ler um jornal de difusão em escala nacional e, sobretudo, um dos jornais legítimos de grande circulação, tais como *Le Fígaro* ou *Le Monde*, é uma forma, entre outras – como o fato de escrever nos jornais ou para os jornais, de assinar petições publicadas nos jornais ou responder às pesquisas lançadas pelos jornais, etc. -, de manifestar que o indivíduo se sente membro do país legal, ou seja, com direito e dever de participar na política, de exercer verdadeiramente seus direitos de cidadão.” (2008, p. 416)

Neste sentido, as publicações nacionais e sua relação com o público contribuem com certo aspecto de centralização – embora relativa – de informações e conceitos em escala nacional – regional em alguns casos – característica significativa da civilização. Assim, se buscava aproximações e reduções de distâncias combinadas com centralização e uniformização nacional. Ao menos ocorreu a tentativa disso.

A organização das informações no formato jornalístico em ampla escala alojou-se como uma marca do mundo contemporâneo, somando-se às alterações no uso da força física, nos costumes, da etiqueta, daquilo que vê como repugnante ou como não repugnante. A imposição da marca civilizatória se faz presente desde a juventude do ser humano, perpassando a relação entre pais e filhos, adultos e jovens. Tais relações criam “funções e efeitos na personalidade destes últimos que eles não pretendem e a que mal conhecem” (ELIAS: 1994, p. 204, vol. II).

Assim, o processo civilizador torna-se uma espécie de passagem cultural entre gerações, de lapidação da juventude, buscada por intermédio da intervenção familiar e da educação formal, em especial. Isso não ocorre sem contradições e conflitos e é um tema que foge às possibilidades deste artigo.

Junto a isso, a função jornalística se insere neste contexto e não fica imune a necessidades de mudanças, de alterações no seu perfil. São estes aspectos que passamos a abordar.

Bourdieu em sua obra *Sobre a Televisão* faz uma abordagem aprofundada do papel do jornalismo – não apenas o televisivo – na sociedade, seus interesses e relações. O avanço civilizatório conformou uma rede de empresas jornalísticas com caráter e vínculos empresariais, o que afetou cotidianamente sua forma de desenvolver a informação e a relação com o público.

Neste sentido, o “[...] mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos” (BOURDIEU: 1997, p. 55). Essas leis próprias se combinam com os interesses dos donos e dos anunciantes – incluídos aí o Estado, órgãos governamentais e os setores privados – e são uma influência constante.

Esse aspecto se soma ao modelo organizativo de cada periódico, o qual varia muito em cada empresa jornalística, mas que segue um certo padrão, como por exemplo a primeira página dedicada a dramas com as manchetes escolhidas como destaque central do dia.

Para os jornais auto proclamados como de perfil ‘popular’, esta primeira página combina sangue com algum grau de erotismo, situações cotidianas por vezes depreciativas e ainda as páginas de variedades as quais em geral não tocam em temas polêmicos e ocultam outras tantas questões preciosas.

Bourdieu conceitua isso de ‘óculos’. Esta organização e seleção dos espaços do periódico quase originada “invisivelmente” “são produto de nossa educação, da história, etc”. Segundo o autor, “Os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado” (1997, p. 25).

Os jornalistas podem, assim, explorar uma determinada realidade a seu gosto, em geral tendo interesse pelo extraordinário. Escolher determinadas imagens, legendas, títulos e subtítulos para expor determinada visão de mundo. Por outro lado, este individualismo tem limites, especialmente pela busca da audiência, pela disputa das fatias de audiência e vendas, pelos anúncios e pelo medo permanente da ruptura com seu leque de leitores/expectadores.

Diferentemente dos partidos políticos, os jornais buscam uma diversidade de informações e convivem constantemente com as variadas opiniões dos leitores em suas páginas, quando ocorre este espaço editorial. Assim, os periódicos acabam sendo para uma boa parte de seus leitores consumidores uma espécie de “produto múltiplo que, [...], pode ser objeto de interesse relativamente independente dos interesses especificamente políticos” (BOURDIEU: 2008, p. 413).

Desta maneira, os órgãos de imprensa tentam mostrar-se como ‘para todos’ e tentam evitar o que pode chocar ou causar repugnância entre sua massa de leitores ou expectadores.

Isso inclui as posições políticas mais claras, por vezes substituídas por discursos mais subliminares, confusos ou dispersos em falas de terceiros previamente selecionados. Como afirmado anteriormente, existe uma relação permanente entre conteúdo da imprensa e os interesses (supostos) de seus consumidores combinados com a pressão dos patrocinadores e proprietários.

O desenvolvimento do capitalismo também colocou a concorrência entre os órgãos de imprensa como um desafio para cada um destas empresas privadas. Isso leva a uma disputa violenta pelo 'furo' de reportagem por um lado e uma observação permanente entre os concorrentes o que leva a uma certa homogeneidade - não total - entre o conteúdo de vários veículos, em uma espécie de jogo de espelhos, nas palavras de Bourdieu.

O que os outros estão fazendo se torna crucial e os jornalistas são os principais leitores de todo produto jornalístico das diversas empresas. Por outro lado, não deve ser imaginado o campo jornalístico como uma esfera estável, uniforme e perene. Ao contrário, se observa uma disputa de espaços permanente entre os profissionais, por vezes divididos por critérios de formação, idade ou posição.

O papel cumprido pela imprensa também é frustrante para muitos de seus profissionais os quais insistem em não se tornar dominados pela lógica do mercado. Para Bourdieu, "são muito fortes as tensões entre os que desejariam defender os valores da autonomia, da liberdade com relação ao comércio, à encomenda dos chefes etc. e os que se submetem à necessidade, e que são pagos em troca..." (1997, p. 52).

Assim, a profissão jornalística divide inquietos e revoltados de um lado e cínicos e resignados de outro, além dos seres abertamente "anti intelectuais", até por não tolerarem qualquer questionamento crítico ao papel da imprensa na sociedade contemporânea civilizada.

De qualquer forma, não se deve imaginar que a disputa interna por espaços impeça o papel 'estabilizador da ordem' do jornalismo, especialmente por este fazer parte do mercado capitalista na sociedade na medida da consolidação civilizatória. Tal papel se reflete quando ocorre, por exemplo, a cobertura de determinada crise econômica, política ou social: o discurso em geral se coloca como uma 'torcida' pela ordem, pela estabilidade anterior. Raramente ocorre uma aposta em mudanças que uma crise inevitavelmente impõe a realidade.

Também ocorrem opções aparentemente conservadoras dos veículos de imprensa quando estes fazem escolhas, determinam prioridades, o espaço de divulgação, o viés das principais reportagens, a localização em cada página. Comentando a respeito da TV, Bourdieu (1997, p. 46) ainda lembra a possibilidade da restrição do espaço a forças teoricamente

contestadoras ou mesmo a postura dos mediadores, em geral bastante posicionados a partir de seus gestos, de seu tom de voz, de sua postura em um debate polêmico, por exemplo.

Neste papel 'estabilizador' na sociedade, raramente há espaço igualitário na imprensa para todas as vozes, especialmente para as vozes mais contestadoras, as quais galgam espaço apenas com grande esforço ou quando a visibilidade torna-se obrigatória por sua ação social e neste caso as vozes entram no jogo dos critérios da imprensa.

Esta lógica teatral na conduta dos debates e no conteúdo cotidiano impresso não contribui para um debate vivo e real, mas isso nem sempre é percebido. Exatamente aí reside um aspecto fundamental da relação entre a imprensa e seus consumidores, o universo não visto, o que exigiria algum tipo de interpretação e acaba 'atropelado' pela velocidade dos anúncios, das matérias e 'atrações', ao mesmo tempo em que o lúdico e o rapidamente consumível é priorizado.

Ao mesmo tempo, a consolidação do jornalismo em grandes empresas privadas na forma de conglomerados - em geral contando com jornais, TVs e rádios - aprofunda o caráter mercadológico e as características de empreendimento liberal a essas empresas. A enlouquecida busca por índices de audiência e de leitores - a que significa a ampliação dos anúncios e dos lucros - passa por evitar choques na opinião pública ao mesmo tempo em que as empresas de jornalismo buscam se legitimar como portador desta verdadeira 'opinião pública' e do monopólio da solução dos 'problemas da sociedade', sempre dentro de uma ótica moderada e estabilizadora típica na maioria destes veículos.

A auto-imagem narcisista dos veículos de imprensa quando falam de si mesmo, aliás, em geral aborda estas características: o mais moderado, o mais ético, o mais equilibrado veículo de informação etc. Na disputa pela hegemonia da audiência e dos leitores, os grandes veículos, em geral, não fogem a um determinado padrão básico, longe de se imaginar uma campanha conjunta destes veículos por uma mudança profunda do padrão estético e muito menos ainda de seu conteúdo cotidiano, afinal "é isso que o povo gosta".

A minoria destes veículos ao buscar um padrão distinto de conteúdo e de grade - jornais, revistas ou programas de TV - amargam índices de audiência reduzidos, o que apenas colabora para aprofundar o padrão mercadológico absolutamente dominante nas redes mais tradicionais.

Este padrão de conduta na mídia e na imprensa em geral também é uma consequência da influência de determinado padrão civilizatório originado no processo colonizatório:

"Nas regiões coloniais, igualmente, tendo em vista a posição e força sociais dos vários grupos, os padrões ocidentais estão se disseminando para baixo e,

ocasionalmente, mesmo para cima a partir de baixo, se podemos usar essa imagem espacial, e fundindo-se para formar novas entidades, diferentes, novas variedades de conduta civilizada.” (ELIAS: 1994, p 213, vol. II)

O modelo de imprensa e de jornalismo não fica ausente nestes padrões assimilados ou fundidos citados por Elias. Diversos programas, propostas editoriais, reportagens e pautas muitas vezes são uma mímica de determinado padrão dos países centrais e de seus formatos, em que pese às diferenças também aí presentes.

Em nosso estágio civilizatório, a imprensa – incluindo atualmente mesmo a mídia via web – ocupa um espaço central: desde a previsão do tempo, momento de grande expectativa onde mesmo os “âncoras” da TV geram suspense e chamam os comerciais antes de divulgar a previsão imediata até o noticiário econômico e a trama criminal do momento, os veículos de imprensa estão presentes em nossa vida.

Este é um padrão civilizatório, de centralização informativa, de aproximação das distâncias, de certa padronização do certo ou do errado, do que é condenável e do que é ‘exemplo’ humanitário, quando alguém, por exemplo, devolve uma bolsa encontrada com dinheiro, talão de cheques, tendo esta notícia grande destaque nas ‘variedades’.

No ‘certo’ está a luta constante dos veículos de imprensa pela estabilidade social, a divulgação da vida das celebridades, os bons exemplos cotidianos, o esporte, a divulgação da previsão do tempo, as boas notícias econômicas e políticas.

No campo negativo, (quase uma obrigação destes veículos) se encontram as matérias com um clima assustador quando envolve algum risco de instabilidade em qualquer país mundo afora, em geral onde governam ‘ditadores’, independente do modelo vigente neste país e sem espaço para um debate razoável sobre o tema.

Tragédias climáticas, crimes, incêndios nos subúrbios, o *extraordinário*, enfim. Raramente o cotidiano natural aparece com destaque nos veículos de imprensa, exceto nos grandes eventos – carnaval, shopping em datas de compras... - os quais, afinal, rompem o tempo das normalidades.

Os grandes eventos muitas vezes acompanham o calendário do mercado e das vendas que aquecem a economia. O debate sobre este tema, aliás, acaba sendo na maioria dos veículos quase um eco da política econômica dominante, como se apenas houvesse uma maneira de observar a economia com seus parâmetros e índices tradicionais.

A perspectiva de pensamento único é bastante forte na maioria dos veículos de imprensa, sendo esta uma face do avanço civilizatório que nesta altura da contemporaneidade nos coloca a quase unipolaridade político-econômica de maneira alarmante. Em tempos idos de

bipolaridade e Guerra Fria, o noticiário sempre tinha um clima ao menos subliminar de embate de projetos.

Conforme nos alerta Bourdieu, mesmo nos debates e nos contrapontos, as oposições podem ser combinadas, dependendo da perspectiva do veículo de imprensa, do jornalista e da visão de mundo que o mesmo tenta colocar na realidade.

Neste sentido, o pensamento único é reforçado e as semelhanças entre as diversas 'empresas de informação' ao mesmo tempo são reforçadas pela concorrência que homogeneiza ao invés de aprofundar diferenças: estas empresas disputam a mesma fatia do bolo dos anunciantes e também a mesma fatia de expectadores. Isso os torna tão semelhantes em suas diferenças, as quais ocorrem apenas no detalhe.

O processo civilizatório ao mesmo tempo em que impôs novos padrões e constrangimentos – nas palavras de Elias – responsáveis entre outras coisas pelo avanço da higiene, da saúde, da expectativa de vida e por um conceito de sociabilidade não guerreira por um lado, também nos trouxe a batalha constante pela estabilidade do aparato estatal e da vida societária.

Esta batalha apenas é interrompida em momentos de profunda crise, numa luta desesperada pela volta à normalidade o mais rápido possível. A imprensa moderna cumpre seu papel, entre outros aspectos, exatamente aí.

O uso das fontes jornalísticas no fazer histórico

Uma série de autores contribui para entender as análises, conteúdos e visões dos veículos de imprensa e ao mesmo tempo propõe metodologias e cuidados necessários para utilizar o resultado do trabalho das mídias como fonte histórica ou mesmo objeto de estudo.

Mesmo sendo praticamente um lugar comum, vale a pena reafirmar a inexistência de uma suposta neutralidade da imprensa. Sobre isso, Francine Grazziotin em seu artigo virtual ⁴ afirma que “sempre existe uma tomada de posição, a escolha por uma ou outra palavra, um outro termo, que julga (condena ou salva) o objeto do texto e dá a marca de quem o escreveu”.

A neutralidade absoluta é algo impraticável, pelo grau de subjetividade de qualquer atividade humana e de suas opções. Especialmente na área jornalística, ao ter suas escolhas, o

⁴ GRAZZIOTIN, Francine. *Imprensa: considerações para seu uso como fonte histórica*. disponível em <<http://www.semina.clio.pro.br/4-1-2006/Francine%20Grazziotin.pdf>> acesso em 10/7/2007.

profissional “toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções” (MORETZSOHN: 2007, p. 184).

Por este motivo, é preciso filtrar o conjunto de informações presentes em cada reportagem, editorial ou comentário nos veículos estudados, pois os jornais “não são apenas o meio de expressão de espíritos independentes, mas também, [...], de grupos de pressão diversos, políticos ou financeiros” (BECKER: 2003, p. 196).

Ao contrário do ‘espírito independente’, o que ocorre por vezes no conteúdo da imprensa é a conformação praticamente de uma espécie de “diário oficial” sobre determinado tema noticioso. A partir disso, o pesquisador precisa ter cuidados exatamente nos posicionamentos, por vezes nem tão claros e ainda os silêncios e oclusões, um formato alternativo de posicionamento.

Junto a isso, levar em conta o espaço organizado nas páginas ou no noticiário oral, as preferências dos editores, a existência ou não de contraponto em caso de temas polêmicos.

Os discursos são produzidos, controlados e distribuídos, tendo também sua estética e seu padrão. A partir de seus critérios, o debate entre o verdadeiro e o falso, entre o que pode e o que não pode ser dito e as formas de abordagem para públicos determinados contribuem para a construção do conteúdo na imprensa. Vale ressaltar que embora “o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder” (FOUCAULT: 1996, p. 10).

Perspectiva semelhante tem Bourdieu, como já abordado. O microcosmo do jornalismo a partir de suas leis próprias podem criar ou explorar abusivamente uma determinada realidade, até o limite de não chocar e conflitar com o leque de leitores-telespectadores.

O chamado ‘óculos’ das empresas de mídia - no conceito de Bourdieu - pode eventualmente divulgar matérias com significativo espaço para as vozes críticas ou discordantes. Esta possibilidade de vozes opostas estarem presentes no conteúdo da imprensa e até em um mesmo periódico se justifica pela necessidade de atendimento ao público e, ao mesmo tempo, demonstrar um perfil liberal dos veículos.

Mesmo quando isso ocorre, cabe ao pesquisador perceber que não existe inocência ou neutralidade na ação dos editores da grande imprensa, conforme analisam uma série de autores. Para Fraga (2004, p. 24), “eventuais demandas populares encontrarão espaço em tal meio desde que não representem ameaça para a ordem social constituída”. O autor ainda reforça a ideia de que os jornais de grande circulação em geral são instrumentos voltados a certa propaganda pedagógica de setores dominantes, onde a informação pode tornar-se um elemento de tentativa para doutrinação ou manipulação da realidade.

Quando vozes que não coabitam com a estabilização da ordem expõem suas opiniões nas edições dos jornais, se torna necessário analisar as contradições presentes no conteúdo das reportagens e comentários, pois não há documento inocente – os materiais originados da imprensa devem ser encarados como um documento para o historiador - como nos lembra Le Goff (2001, p. 54):

“O documento não é inocente [...], ele próprio parcialmente determinado por sua época [...] produzido conscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer a ‘verdade’. [...] É preciso desestruturar o documento para descobrir suas condições de produção. [...] Ao mesmo tempo é preciso delimitar, explicar as lacunas, os silêncios da história, e assentá-la tanto sobre esses vazios, quanto sobre os cheios que sobreviveram.”

Por tudo isso, as fontes primárias de origem jornalística precisam ser analisadas e delimitadas apontando os vazios e os posicionamentos subliminares ou mesmo evidentes em relação ao conteúdo histórico, onde a comparação e a interpretação tornam-se indispensáveis. Vários aspectos influenciam a posição expressa em reportagens e editoriais nos veículos de imprensa.

As empresas de jornalismo como instituições privadas – embora realizem a atividade pública de informar a sociedade - dependem permanentemente de anunciantes, pois suas vendas em bancas jamais foram suficientes para sustentar os investimentos (AQUINO: 1999, p. 63).

A partir da década de 1950, como nos lembra De Luca (2005), fruto da modernização e da redução dos aspectos partidários e doutrinários nos periódicos, passou a consagrar-se no Brasil a idéia de um jornalismo informativo, que buscava a ‘verdade dos fatos’. Esta perspectiva não se confirmou, como temos analisado, pois as empresas do ramo se tornaram conglomerados concentrando o poder e a possibilidade de informar o conjunto da população a partir de concessões públicas.

Mesmo aparentemente estando comprometida com a idéia de “informar a sociedade”, princípio iluminista original, esta “verdade” acaba sendo substituída no dia a dia pela prática da imprensa, por vezes utilizada, de apagar falhas nos grupos dominantes, ou ainda disputar memórias criando determinadas realidades ao, por exemplo, escolher certas pautas.

O jornalismo não é a priori meio de manipulação explícita ou informação independente. Na prática é “uma forma de poder, que se reveste destes aspectos, dos quais não pode ser em hipótese nenhuma dissociado, em função das condições ditadas pela práxis de cada época” (RUDIGER: 1993, p. 81).

Por tudo isso, usar fontes jornalísticas na pesquisa histórica, conforme Voese (2002, p. 195), exige do analista “construir relações pertinentes entre o dito e o modo como o dito foi dito,

além de buscar respostas para os motivos por que o dito foi dito do modo como foi”.

Nem sempre determinado posicionamento se torna evidente em uma rápida leitura em certa notícia. Como metodologia, se torna necessária uma análise de fôlego de várias reportagens de uma temática para serem observadas formas de abordagens. Dependendo da qualidade do periódico pesquisado, observa-se nele em geral visões parciais, pouca multiplicação e diversificação das fontes, onde cada reportagem parece uma parte de um todo, ao contrário de um cenário ideal de qualificação das reportagens, aprofundamento ou explicando determinados temas com variados ângulos.

Vale considerar que isso se dá também em função da pressa em fechar matérias de um dia para outro, no ritmo frenético das ‘notícias – mercadoria’ em especial nos periódicos modernos e diários. Uma consequência disso é o raro contraponto estimulado em reportagens com importantes afirmações aparentemente definitivas sobre um determinado fato. Sem a desejável resposta do outro lado do conflito, parecem verdades plenas, mas trata-se apenas a versão de um lado.

Estes limites reconhecidos na abordagem dos periódicos não impedem o pesquisador a dedicar-se, com uma correta metodologia, a analisar e estudar a imprensa e seus encontros com a História como fonte, ou simplesmente buscar analisar criticamente a ação jornalística, as suas formas de abordagem e suas contradições.

O trabalho jornalístico além de tudo que abordamos neste artigo, também é fruto de uma realidade objetiva, das possibilidades e limites pessoais, da ação dos homens e mulheres atuantes no jornalismo com seus esforços, bem como de toda uma dinâmica da construção diária dos periódicos, da cultura, das pressões sofridas e dos valores íntimos de seus profissionais.

De qualquer forma, os registros da imprensa permanecem para serem analisados, selecionados e contribuirão como fonte para duas possibilidades, ao menos: como parte das fontes de pesquisa para determinados eventos históricos, ou como fonte para estudo de caso destes mesmos periódicos e para análise do conteúdo dos mesmos e de seu papel em determinada conjuntura.

Referências Bibliográficas

Obras gerais

ABREU, Alzira Alves. *A modernização da Imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa Estado Autoritário (1968-1978)*. São Paulo: EDUSC, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2008.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, 2 vols.

FILHO, Ciro Marcondes. *Imprensa e Capitalismo*. São Paulo: Editora Kairós, 1984.

_____. *O capital da notícia*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. *Indústria de Notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

HERNANDES, Nilton. *A mídia e seus truques*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regia. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MATTOS, Sérgio. *Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo*. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

MORETZSOHN, Sylvia. *Pensando Contra os Fatos*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

RUDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Florianópolis: Editora Insular, 2008.

VOESE, Ingo. *O movimento dos Sem Terra: um exercício de análise de discurso*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

Artigos

ABRAMO, Perseu. "Significado político da manipulação na grande imprensa". In: *Fragments de Cultura*. Goiânia: IFITEG, 1991.

BENITES, Sônia Aparecida Lopes: "A História contada nas páginas de jornais". In: *Revista Letras*. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

BECKER, Jean-Jacques. "A opinião pública". In: *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DE LUCA, Tânia Regina. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contextos, 2005.

GOMES, Nilo Sérgio. *A imprensa carioca na virada do século XX – Memórias do JB*, disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline>> acesso em 20/2/2006.

RECH, Maria H. Bortolon; FELTES, Heloísa P. de Moraes. "No Fio do Discurso: Análise do discurso sobre o Trabalho no Artigo Opinativo do Jornal Correio Riograndense". In: *Linguagem em Discurso*. Tubarão: Editora UNISUL, 2005.

VOESE, Ingo. "Reflexões sobre a Análise do discurso". In: *Linguagem em discurso*. Tubarão: Editora UNISUL, 2002.

Teses e dissertações

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. *Jornalismo e identidade cultural. Construção da identidade gaúcha em ZH*. 177 f. Tese (Doutorado) – PUCRS. Programa de Pós Graduação em Comunicação Social: Porto Alegre, 2006.

FRAGA, Gerson Wasen. *Branco e Vermelhos: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)*. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em História: Porto Alegre, 2004.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. *O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise*. 298 f. Tese (Doutorado) – PUCRS. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Porto Alegre, 2009.